

INTERVENÇÃO DE TRIBUNA

Plano e Orçamento de 2008 - Cultura

1

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

É cada vez com mais orgulho e regozijo que vimos, a cada ano que passa, falar-vos da Cultura nos Açores.

E cada vez com mais orgulho, porque estamos conscientes de que a estratégia é a correcta: infraestruturar e formar, para que a integração e a transversalidade da nossa cultura popular com a fruição contemporânea seja, cada vez mais, uma realidade consolidada na nossa região.

A cultura de qualquer comunidade é um processo em permanente construção e evolução. De forma a responder a esta dinâmica, é necessária uma estratégia de acção que permita a permanente articulação da cultura que nos

marca, nos distingue e identifica, nas suas particularidades e especificidades, com a contemporaneidade global que conduz a fruição e posturas culturais próprias de uma sociedade que vive a actualidade.

2

Da integração entre as vivências tradicionais e características de uma comunidade particular e única, como é a Açoriana, e as novas vivências da modernidade, através de uma participação activa que permite formar e informar da diversidade e pluralidade cultural deste início de século, resultará uma cultura identitária cada vez mais forte, que vivendo na ultraperiferia da Europa não o faz de forma marginal, mas sim assumindo uma centralidade periférica, consciente e orgulhosa das suas mais genuínas marcas culturais.

Nas Orientações a Médio Prazo (OMP), definiram-se objectivos e gizaram-se estratégias, para uma actuação consentânea com essa ambição, que contemplavam os vários planos de produção e de recepção das actividades culturais.

Convictos de que os agentes culturais locais têm um papel preponderante na preservação da identidade cultural e na difusão de novos mecanismos de sociabilidade cultural, o governo do Partido Socialista propôs-se, nas Orientações a Médio Prazo, reforçar significativamente os apoios às actividades culturais.

Cientes de que a competência e obrigação do poder público em manter o seu património, defendendo-o e valorizando-o não se limita aos aspectos de salvaguarda, preservação e recuperação, o governo socialista comprometeu-se a revitalizar, dinamizar e animar os equipamentos culturais de forma a proporcionar a fruição artística, facilitar a pesquisa e o estudo, e, a melhorar a qualidade de vida das populações.

Assim, sendo este o último plano e orçamento desta legislatura a ser apresentado, não será despiciendo fazermos uma análise ao que foi o compromisso e o que de facto foi implementado, nas políticas sectoriais da Cultura.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A,

Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Comecemos então pela constatação de que os orçamentos sucessivamente apresentados desde 2005 foram, sempre, superiores ao inicialmente proposto nas OMP, em média, em mais de um milhão e meio de euros. Comparando os planos entre si, confirma-se que de ano para ano os aumentos foram, em média de 9%. Esta postura de investimento crescente e permanente na Cultura possibilitou que hoje possamos afirmar sem hesitações que os objectivos e compromissos assumidos pelo Partido Socialista estão a ser cumpridos na íntegra.

Analisemos a vertente Dinamização das Actividades Culturais do plano. Neste projecto o aumento foi superior a 30% em relação aos anos anteriores, registando-se uma consolidação efectiva do apoio e do impulso dado aos agentes culturais. Nesta acção e, em relação aos montantes de 2007, verifica-se um crescimento de quase 50%, possibilitando assim que o quadro legislativo referente aos

apoios às actividades culturais, que foi alterado recentemente por esta Assembleia, seja uma realidade e que os objectivos definidos em 2004 sejam atingidos.

Na vertente da Defesa e Valorização do Património Arquitectónico e Cultural, importa destacar o contínuo esforço na requalificação, dinamização e animação dos nossos equipamentos culturais. Podemos elencar obra, que não mera obra física, desde o Corvo até Santa Maria, onde a tónica é uma abordagem cultural transversal, senão vejamos o Centro de Interpretação Ambiental do Corvo, um exemplo de intervenção cultural que resultou do esforço conjunto entre a Secretaria Regional do Ambiente e a Direcção Regional da Cultura, potenciando sinergias que resultam em melhor qualidade de vida para as populações.

Outro exemplo, é o da antiga fábrica da Baleia do Boqueirão, nas Flores, em que a sua musealização possibilitará a devolução de tão importante património industrial, requalificado e dinamizado aos florentinos como mais um pólo promotor e difusor de cultura.

Com os governos da responsabilidade do Partido Socialista, os museus e as bibliotecas deixaram de ser meros baús bafientos e empoeirados que escondiam cultura e passaram a locais de partilha, abertos à comunidade, interactivos com as populações, numa relação de enriquecimento mútuo em que ganham todos os que participam. Prova disto são as acções desencadeadas em todas as nossas ilhas, os números de visitas registadas, o número de participantes nas acções inventivas e criativas promovidas pelos museus e bibliotecas e arquivos regionais dos Açores. Esta concepção mais actual do que devem ser estes espaços, reflecte-se igualmente nas novas infraestruturas das Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais da Horta e de Angra do Heroísmo, bem como na implementação de serviços educativos dinâmicos nas três Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais dos Açores.

A criação de um Centro de Arte Contemporânea numa antiga unidade industrial, constitui mais um momento de transversalidade e integração entre épocas e linguagens culturais, permitindo que o património imóvel e industrial seja requalificado e valorizado de acordo com padrões

actuais que servirá para, entre outras coisas, podermos mostrar o já significativo acervo de arte contemporânea, de artistas açorianos que a Região possui. O local escolhido, a Ribeira Grande, é um sinal claro de descentralização dos motores culturais dos grandes centros urbanos.

Não se pode terminar sem realçar o esforço e a permanente preocupação que os governos da responsabilidade do Partido Socialista têm tido em disponibilizar progressivamente, através do Centro de Conhecimento dos Açores, com recurso às novas tecnologias da informação, o património arquivístico de que a Região é detentora, quer seja fotográfico, fonográfico e processual, possibilitando desta forma que a dispersão geográfica seja minimizada, aproximando não só as ilhas entre si mas todos os açorianos ou os que pelos Açores tenham interesse.

Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da R.A.A,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente do Governo,
Senhora e Senhores Membros do Governo,

Poderíamos continuar a elencar obras ou acções culturais que percorrem e decorrem diariamente por todas as nossas nove ilhas, mas diremos apenas que o orgulho e regozijo que aqui trazemos vêm, igualmente, acompanhados da humildade necessária para reconhecer que o mais importante é a consciência de que para sermos sempre mais Açores, muito há ainda para fazer, num percurso persistente e estratégico de inclusão cultural de todos os Açorianos.

Disse.

Horta, sala das sessões, 27 de Novembro de 2007

A Deputada Regional

Catarina Moniz Furtado